

Cabo Verde e os desafios da política internacional contemporânea

Adilson de Jesus Cabral Tavares

Adilson J. C. Tavares

é bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian no programa de doutoramento em Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa. Atua como Professor Assistente Graduado da Universidade de Santiago – Cabo Verde. E-mail: adil.son.tavares@hotmail.com

Resumo

A política internacional contemporânea caracteriza-se por uma diversidade de atores, abrangendo desde a pessoa humana como sujeito do Direito Internacional até as organizações internacionais, Estados Nacionais. Para além destes sujeitos internacionais, os quais se assentam numa base jurídico-legal, a política internacional caracteriza-se pela existência dos mais diversos setores internacionais, que não são sujeitos do Direito Internacional. Todavia, os seus comportamentos influenciam e condicionam a política internacional contemporânea. Podemos elencar alguns exemplos, tais como: organizações mafiosas, terrorismo internacional, entre outros setores emergentes. Perante as características da política internacional acima descritas, observa-se que os Estados Nacionais têm perante si enormes desafios, que os prendem não só com as suas projeções internacionais, mas também com o combate à criminalidade organizada transnacional. É neste contexto que vamos procurar, neste artigo, problematizar Cabo Verde na política internacional, nomeadamente a questão da sua projeção internacional e a problemática da segurança e defesa.

Palavras-chave

política internacional, Cabo Verde, segurança e defesa, desafios.

Abstract

The contemporary international politics are characterized by a diversity of actors, ranging from the human person as the subject of international law, to international organizations, national states. In addition to these international subjects, which are based on a judicial-legal system, international politics are characterized by the existence of several international sectors, which are not subjects of international law, but their behavior can influence and shape contemporary international politics. We can list some examples such as mafia organizations, international terrorism and other emerging sectors. Given the characteristics of international politics described above shows that the national states, have to face enormous challenges, which concern not only its international profile, but also the fight against transnational organized crime. It is in this context that we seek in this article to discuss Cape Verde in international politics, namely the issue of its international position and issues of security and defense.

Keywords

international politics, Cape Verde, security and defense challenges.

Introdução

Os analistas e especialistas em relações internacionais, são unânimes em apresentar as relações internacionais com um jogo de poder. Neste jogo ganha quem tiver mais recursos econômicos, demográficos, naturais e uma grande capacidade e visão estratégicas (EBO, 2008: 86).

Este artigo procura analisar Cabo Verde, no atual contexto internacional, caracterizado pela globalização e interdependência e numa procura constante em projetar-se na cena internacional. Recorre a várias áreas de saber a partir de uma perspectiva interdisciplinar, começando pelas abordagens em torno da história das relações internacionais, concepções teóricas da política internacional contemporânea, passando pelas áreas antropológica, sociológica e econômica. A partir destas análises, procura-se evidenciar quais ferramentas e mecanismos Cabo Verde utiliza para se projetar na arena internacional e o seu impacto no processo de desenvolvimento interno. Para levar a cabo essas discussões, estruturamos este artigo do seguinte modo: o primeiro ponto do artigo problematiza e evidencia o que o Estado cabo-verdiano enquanto *small state* tem feito para posicionar-se e projetar-se na cena internacional. O segundo ponto debate quais desafios e constrangimentos Cabo Verde ainda enfrenta na prossecução do seu processo de desenvolvimento.

A cena internacional é caracterizada por uma diversidade de sujeitos ou atores (Deutsch, 1982: 68). São sujeitos internacionais os Estados, as organizações internacionais, a pessoa humana. Todos estes atores assentam numa personalidade jurídico-internacional, ou seja, são titulares de normas e princípios de Direito Internacional, o mesmo que dizer assente numa base jurídico-legal (Gouveia, 2004: 407-541; Dupuy, 2006: 27-265; Cassese, 2005: 71-142).

Por outro lado, existem grupos transnacionais organizados que não se assentam em nenhuma base jurídico-legal – e portanto não podem ser considerados sujeitos internacionais –, mas suas ações e comportamentos influenciam ou condicionam a política internacional (Castells, 1997: 260). Exemplos disso são a criminalidade transnacional organizada, o terrorismo internacional (Gray, 2004), a rede de tráfico de seres humanos, etc. A tendência é de um aumento cada vez mais significativo de *novos atores* das relações internacionais, decorrente dos fluxos transfronteiriços de grupos religiosos, organizações

mafiosas (Castells, 2000: 2), entre outros fatores, tornando o sistema internacional cada vez mais fragmentado (Huntington, 1999: 113), já que os novos setores emergentes ombreiam e desafiam os Estados na arena internacional tornando-os mais fragilizados (Bertrand, 1999:11-23). Para outros autores realistas como H. Bull, a multiplicação destes “atores” na cena internacional e nas disputas e rivalidades conduzem a uma desordem na política internacional equivalente ao um Estado de Natureza¹ (Bull, 1977)².

214

Todos os atores internacionais estão permanentemente à procura de uma maior influência e projeção na política internacional, muitas vezes pondo em causa as normas do Direito Internacional o menosprezo pelos princípios da moral internacional e da ética nas relações internacionais. A existência de vontades e interesses diversos por parte dos diferentes atores internacionais é a causa das inúmeras crises e conflitos internacionais. A história demonstra-nos que nem sempre as práticas políticas, seja na política interna ou na política internacional, baseiam-se na ética e moralidade internacionais, nem no cumprimento escrupuloso das regras elementares do Direito Internacional Público. Nicolau Maquiavel diz na sua obra “O Príncipe” que tudo que for necessário para manter o poder é legítimo: “Pelo que é necessário a um príncipe, se quiser manter, estar preparado para o poder não ser bom, e para usar ou não a bondade conforme a necessidade.” (Maquiavel, 2002: 75). De acordo com este autor, podemos cumprir as leis, a ética e a moral, mas quando isto não for suficiente é legítimo empregar outros meios, mesmo sendo ilegais e imorais:

Devemos, então, saber que há dois gêneros de combate: um que se serve das leis, outro que se serve da força: o primeiro é o próprio homem, o segundo dos irracionais: mas porque o primeiro muitas vezes não basta, convém recorrer ao segundo. A um príncipe é necessário portanto, saber deveras usar ou o animal ou o homem que está dentro dele (Maquiavel, 2002: 84).

A postura acima traçada, e que caracteriza o pensamento político de Nicolau Maquiavel, veio a aumentar o número de adeptos de tais práticas, aplicadas na própria condução da política externa de um número significativo de Estados e potências internacionais. Por exemplo, Richelieu chegou a empregar o termo *Raison D’Etat*, substituindo o conceito medieval dos valores morais e universais como princípio operacional da política francesa (Kissinger, 1996: 47):

Quando a guerra terminou, em 1648, a Europa Central havia sido devastada e a Alemanha perdera quase um terço da sua população. No cadilho deste trágico conflito, o Cardeal Richelieu enxertou o princípio da *raison d’etat* na política externa da França, um princípio que os outros Estados europeus viriam a adotar no decurso do seguinte (Kissinger, 1996: 48).

Já no decorrer do século XX, deu-se a continuidade destas práticas (Arendt, 1985: 4-5), de uma forma assimétrica, tendo em conta que estas mesmas práticas passaram a ser executadas simultaneamente por vários Estados na condução da sua política externa, motivadas, sobretudo, pela procura da expansão das ideologias e pelo poder na política internacional, tornando-se, deste modo, *hostis uns aos outros*.

A questão da expansão da ideologia e do poder na política internacional no século XX passou a ter um caráter assimétrico, ou seja, o princípio da *Realpolitik* na política internacional torna-se uma realidade de consequências devastadoras (Moreira, 1996: 220). Por exemplo, Stalin conduziu a política externa soviética baseando-se na estratégia de expansão da ideologia comunista e da expansão do poder na arena internacional. Esta assimetria entre a Alemanha e a União Soviética, nações dirigidas respectivamente por Hitler e Stalin, protagonizaram crises e conflitos internacionais, que deixaram marcas na história contemporânea das relações internacionais.

As práticas acima descritas nas relações internacionais enquadram-se naquilo que denominamos em relações internacionais – especificamente nas teorias das relações internacionais – de *Hard Power*, ou seja, o uso do poder e da força nas relações internacionais. Nos últimos tempos, o conceito de *Hard Power* tem sido relacionado mais à atuação dos Estados Unidos da América na política internacional, mas o poder e a força não foram usados somente por tal país, como também por outras potências internacionais ao longo da história, para conseguirem maior poder ou projetar-se mais na arena internacional.

Contrariamente ao *Hard Power*, utiliza-se o conceito de *Soft Power*, cunhado pela primeira vez por Joseph Nye, que está mais relacionado à prática diplomática, por via do diálogo, da cooperação, das influências culturais, entre outros elementos (Nye, 2004).

Na verdade, a projeção internacional dos atores internacionais pode derivar de outros aspectos além do poder de que os mesmos dispõem (poder econômico, militar, tecnológico, etc.). Existem outros fatores que podem justificar a projeção internacional: o prestígio acadêmico e político de uma determinada personalidade podem fazer com que uma pessoa seja muito conhecida internacionalmente e também as características internas de um Estado tais como a boa governação e respeito pelos direitos humanos podem justificar a sua projecção internacional. Poderíamos ainda recorrer a muitos outros exemplos paradigmáticos que não vamos, todavia, aqui mencionar.

Cabo Verde, não obstante a sua exiguidade territorial e a sua característica insular, sempre procurou projetar-se internacionalmente, o que, aliás, constitui neste momento um dos eixos fundamentais da sua política externa, como podemos observar através do programa do governo “*uma Política Externa de Afirmação de Cabo Verde no Mundo*” (Governo, 2006)³. É de se ressaltar que o esforço de Cabo Verde em afirmar-se no mundo tem tido resultados benéficos, uma vez que hoje é um país-referência na região em que está inserido e também vale ressaltar que este é um país que vem apresentando uma boa performance no âmbito internacional, a qual muitas vezes consta nos relatórios de instituições internacionais de relevo (FMI, Banco Mundial), bem como em alguns fóruns internacionais.

Baseando-nos na descrição teórica que efetuamos em torno dos conceitos de *Realpolitik*, *Hard Power* e *Soft Power* queremos afirmar que Cabo Verde vem utilizando frequentemente o *Soft Power*, no que tange à sua participação na política internacional. O primado da utilização dos mecanismos de cooperação internacional, como estratégia de internacionalização e desenvolvimento, a transmissão dos princípios e valores da cabo-verdianidade no mundo, boas práticas na política interna, têm-se fundado nos pressupostos do respeito aos direitos humanos, da boa gestão dos bens públicos, da consolidação e da eficácia no funcionamento das instituições políticas e democráticas. Constituem, por si só, formas relevantes de Cabo Verde se projetar na política internacional sem fazer uso da força, até porque, o país não tem meios econômicos e militares que permitam o uso de *Hard Power* na política internacional. Sendo assim, a diplomacia cultural, a política de mediatização e resolução de conflitos e a cooperação internacional continuarão a ter grande peso na política externa cabo-verdiana e com resultados vantajosos capazes de definir o papel mais ativo e interventivo na cena internacional que lhe caberá.

1. Afirmação de Cabo Verde na Política Internacional

Ciente da complexidade da Ordem Internacional vigente, que tem sido bastante desfavorável aos pequenos Estados (*Small States*) em vias de desenvolvimento – alguns com especificidades geográficas e naturais tais como a insularidade, como é o caso de

Cabo Verde -, neste ponto, o debate centralizar-se-á nos fatores que têm contribuído para afirmação de Cabo Verde no mundo.

216

1.1. Cabo Verde: Uma Nação Global e Transnacionalizada

TÉ NA LUA TEN KAB' VERDIANU (Góis, 2006: 23)

Os fenômenos migratórios assumem hoje uma característica multidisciplinar, já que são estudados e abordados em várias áreas do saber, tais como Antropologia, Sociologia, Direito, Economia, História, Geografia Humana, Ciência Política, Relações Internacionais, etc. Esta multidisciplinaridade dos fenômenos migratórios é o resultado da sua complexidade e dos novos contornos que o fenômeno trouxe, tais como: a criminalidade, o multiculturalismo, a xenofobia, racismo, exclusão social, fuga de cérebros qualificados, tráfico de seres humanos, exploração laboral, interetnicidades e transnacionalismos, entre outros aspectos fundamentais, debatidos hoje em torno dos fenômenos migratórios. Já particularmente, na disciplina de relações internacionais, os fenômenos migratórios têm assumido um papel de destaque, que vamos contextualizar no caso de Cabo Verde, um fenômeno de estudo interessante.

Fazendo um pequeno parêntese, queremos salientar que o conceito de transnacionalismo não se reduz apenas aos fluxos econômicos e financeiros internacionais. Por exemplo, ele surge associado às grandes empresas multinacionais, às instituições financeiras que atuam em diferentes países e continentes, mas também a própria mobilidade humana faz parte deste conceito. Sobretudo, com os acontecimentos de 11 Setembro de 2001 nos EUA, a mobilidade das pessoas além-fronteiras nacionais tem proporcionado debates em vários fóruns internacionais, com resultados profícuos, com vista a equacionar muitos problemas derivados destas mobilidades.

A projeção internacional de Cabo Verde, não é derivada de quaisquer aspectos relacionados ao poderio econômico, ou militar como é o caso de grandes potências internacionais, por exemplo, os Estados Unidos de América, ou das potências emergentes como a China (Tomé, 2004).

Uma das formas pela qual Cabo Verde se tem projetado internacionalmente é a da sua vasta comunidade diaspórica. O número dos cabo-verdianos no exterior é superior ao de residentes nacionais no arquipélago. Esta vasta diáspora sempre funcionou como forma de veicular a divulgação dos valores e da cultura cabo-verdiana no mundo⁴, mas também sempre proporcionou, e continua proporcionando, o aumento de parceiros bilaterais, do ponto de vista das relações diplomáticas e da cooperação com vários países onde radicam as comunidades cabo-verdianas. Ao nosso ver, se hoje Cabo Verde é muito conhecido e procurado pelos turistas dos vários países do mundo, em grande parte é por causa da comunidade cabo-verdiana no exterior. Mesmo porque existem pessoas que nunca visitaram Cabo Verde, mas que conhecem um pouco da sua realidade política, social e cultural em resultado da convivência com os cabo-verdianos radicados nestes países.

Como afirma Stephen Castles:

Nas sociedades tradicionais, muitas pessoas passavam a vida inteira na aldeia ou no Bairro onde nasciam. Atualmente, as migrações estão a tornar-se cada vez mais comuns, à medida que as pessoas se movem em busca da segurança e de melhores condições de vida: das aldeias para as cidades, de uma região para outra dentro do seu próprio país, ou entre países e continentes (Castles, 2005: 15).

Cabo Verde já está no auge deste processo, uma comunidade não localizada, mas sim transnacionalizada. A emigração cabo-verdiana tem assumido uma característica multifacetada, para além das emigrações tradicionais, as quais abrangem as pessoas não qualificadas. Também tem se verificado o fenómeno do *Brain Drain*, que não é mais do que a fuga de pessoas com qualificações de gestão, de direcção, profissionais de elevada qualificação técnicas e equivalentes, que se movem no seio dos mercados de trabalhos internos das empresas multinacionais e das organizações internacionais, ou que procuram emprego em mercados internacionais de qualificações raras (Castles, 2005: 18), os quais são absorvidos por muitos países. No caso de Cabo Verde, este fenómeno tem assumido um contorno preocupante e estas fugas de cérebros têm sido protagonizadas mais pelos estudantes, que depois da formação não retornam ao seu país de origem.

O cenário acima traçado demonstra também que Cabo Verde vem apresentando uma *diáspora intelectual*. Esta diáspora intelectual tem uma desvantagem para o país: a questão da fuga de cérebros. Porém, poderia ter vantagens positivas, se esta diáspora tivesse a capacidade ou influência para criar *lobbies*, junto aos governos dos países do acolhimento, das organizações internacionais, das empresas multinacionais, etc. Contudo, os emigrantes cabo-verdianos, sejam eles qualificados ou não qualificados, não têm logrado alcançar esta influência no sentido de criar *lobbies*.

Sendo Cabo Verde uma Nação Global resultante da sua vasta comunidade diáspórica e transnacionalizada e que tem contribuído positivamente para o seu desenvolvimento local – seja por causa das remessas, ou pela mediação nas relações bilaterais com vários países do mundo –, sempre justificou a necessidade de uma política externa para com a diáspora. Esta necessária relação com a diáspora constitui um dos eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana: afirmação das Comunidades Cabo-verdianas no Exterior (Governo, 2006). No entanto, a questão que se coloca é se realmente esta política de afirmação das comunidades cabo-verdianas no exterior tem sido eficaz e consistente.

As legislações e os programas governamentais sempre abordam a questão da diáspora. Contudo, nem sempre as legislações e os diversos programas sobre a diáspora são postos em prática. Por exemplo, no programa do governo da VII legislatura, as medidas a favor da diáspora não faltam:

- a) Manter um diálogo aberto e construtivo com as comunidades, particularmente os dirigentes associativos, líderes, intelectuais, e agentes económicos, tendo em vista a forja de uma visão de longo prazo e a promoção de práticas consequentes com o objectivo de inserção e afirmação nas sociedades de acolhimento e de participação no desenvolvimento de Cabo Verde;
- b) Estimular igualmente a plena participação cívica e política nas sociedades de acolhimento, desenvolvendo parcerias inovadoras com todos os autores interessados e desenvolvendo um diálogo político-diplomático favorecedor de tal integração;
- (...)
- j) Negociar acordos de Segurança Social, com vistas a melhor prestação social dos emigrantes cabo-verdianos e seus familiares;
- k) Reforçar o apoio às comunidades mais carenciadas, colocando a situação das mesmas na agenda do diálogo diplomático com as autoridades dos países de acolhimento respectivos⁵.

As medidas acima mencionadas, constantes do atual programa do governo, são os exemplos mais elucidativos porque, na verdade, aparecem mais medidas além das que mencionamos. Se as medidas que mencionamos fossem cumpridas de uma forma mais

consistente, a política externa em relação à diáspora, sobretudo no que diz respeito à integração dos emigrantes nos países do acolhimento, teria um contorno diferente.

218

Dos três eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana, ao nosso ver, a política externa de afirmação das comunidades cabo-verdianas no exterior⁶ é a que tem menos eficácia do ponto de vista da sua operacionalização. Ou seja, existe sem dúvida uma política externa em relação à diáspora, mas é bastante incipiente, como defende Kátia Cardoso:

Podemos aferir que os executivos têm dado cada vez mais importância aos emigrantes, não só como fontes de remessa, mas como autores políticos, com a participação ativa na sociedade cabo-verdiana. Todavia, a atenção que é dada à emigração, quer na constituição quer nos programas do governo, não têm tido correspondência cabal na prática (Cardoso, 2004: 102).

Não obstante aos avanços notáveis que precisam ser enaltecidos – tais como, apoio através das missões diplomáticas, a garantia constitucional do direito dos emigrantes na participação dos assuntos internos do país, a existência de várias associações na diáspora, dentre as quais muitas são estimuladas pelo governo, de forma a apoiar os emigrantes na integração e aproximação cultural, o acesso a informações -, vários são ainda os problemas e dificuldades que fazem parte do dia a dia dos cabo-verdianos na diáspora, justificando uma maior intervenção do governo. A precariedade laboral, a exclusão social, o desemprego, fazem com que muitos vivam em situações de vida pouco dignas, sem que haja a atuação do governo nestas situações, o que leva muitos destes emigrantes a pensar que o governo apenas se interessa em captar as remessas e não contribui para uma boa integração nos países de acolhimento.

Na política externa para a diáspora é pertinente que sejam melhorados alguns aspectos:

- 1) Modernizar e reforçar o funcionamento dos serviços diplomáticos. Uma vez que em todos os países onde vive número razoável de emigrantes cabo-verdianos existem representações diplomáticas, o problema não reside na inexistência de representações diplomáticas, mas sim, no funcionamento pouco eficaz, nomeadamente no atendimento das pessoas e no tratamento dos documentos, críticas mais constantes e que continuamente disparam;
- 2) Promover visitas e encontros regulares das autoridades cabo-verdianas com as comunidades da diáspora. Não por questões partidárias, mas por exigência da boa governação. Estas visitas às comunidades devem ser efetuadas em qualquer período do ano, e não centradas no período das campanhas eleitorais;
- 3) Estimular e incentivar o funcionamento das associações que representam as comunidades, seja por meios financeiros ou humanos. Também evitar a instrumentalização destas associações, como forma de tirar dividendos político- partidários, porque se tem assistido a uma proliferação de associações, em que os interesses pessoais ou partidários se encontram acima de tudo (Machado, 2010)⁷.
- 4) Estimular e apoiar as investigações académicas e científicas, sobretudo, os trabalhos de campo relacionados a temáticas sobre a diáspora. É uma forma de perceber melhor os principais problemas e dificuldades do dia a dia das comunidades emigradas, só assim podendo, então, as autoridades tomarem medidas concretas e adequadas.

A diáspora não pode ser utilizada apenas no sentido de captar remessas. Devem existir ações pragmáticas, neste caso, dos governos dos países de origem, para que os emigrantes não se sintam abandonados. Caso contrário, o impacto seria sempre negativo, gerando

um afastamento progressivo em relação às realidades e da pertença social e cultural do país que viram nascer; a recusa ou desinteresse de participarem nos assuntos internos do país, por exemplo, no processo eleitoral (últimos dados mostram que a taxa de abstenção dos emigrantes nos atos eleitorais é muito elevada, apesar de ser um direito reconhecido e consagrado na constituição da República); o desinteresse em investir no país de origem (investimento em negócios, bens imobiliários); o afastamento progressivo do país de origem, acabando muitos por se desinteressarem tanto que nunca mais retornam.

Estas são situações que podem ser atenuadas com uma política externa para a diáspora, se for implementada de forma consistente e equilibrada, tomando em consideração a distribuição geográfica da comunidade cabo-verdiana, dada a sua dispersão por vários países e estando presente em todos os continentes.

A ineficácia da política externa para a diáspora é reconhecida mesmo por aqueles que se encontram à frente dos destinos da Nação, por ser uma realidade que não pode ser descurada. David Hoppfer Almada, ex-deputado da Nação e Ministro no Período do Partido Único, considera que é do conhecimento de todos que, até agora, as autoridades políticas cabo-verdianas não conseguiram dar a devida atenção às comunidades emigradas. Porém, a culpa não deve ser assacada a nenhum governo e sequer a Cabo Verde, por tratar-se de uma situação complexa a que se acrescem múltiplas dificuldades e faltas de meios. Para o ex-deputado, é precisamente por isso, que, pela primeira vez na história de Cabo Verde, foi criado um Ministério das Comunidades⁸, para dar resposta de uma forma cabal a estes problemas (Almada, 2010)⁹.

Para fechar este ponto, queremos deixar bem resumido o porquê de Cabo Verde ser uma Nação Global e "Trasnacionalizada". Isso se dá na medida em que o número de cabo-verdianos a residir na diáspora é praticamente o dobro dos que residem no arquipélago. Além disso, porque geograficamente esta vasta comunidade diaspórica se encontra dispersa em todos os continentes, havendo casos em que a comunidade cabo-verdiana atinge uma grande representatividade, como é o caso de Portugal. A localização geográfica de Cabo Verde, inserida nas rotas transatlânticas, associada àqueles fatores, reforça ainda a ideia de uma Nação Global potenciada pela sua centralidade geoestratégica de nível transatlântico.

1.2. Boa Governação Local e a Credibilidade Internacional

Cabo Verde tem credibilidade e merece reconhecimento mundial (Myles, 2009)¹⁰.

Toda a problematização teórica que fizemos nos tópicos anteriores dá-nos uma visão clara e um panorama geral de que há uma correlação direta entre a política interna e a política externa. Uma má política interna associada ao desrespeito pelas leis constitucionais, falta de escrúpulos pelos direitos humanos, uma gestão corrupta e abusiva dos fundos públicos terão efeitos negativos na política externa. Um destes efeitos negativos é a falta da credibilidade internacional.

Com base nas premissas acima descritas, percebemos que os chamados *Estados falhados*, *Estados párias* (Varela, 2005: 94) não existem por acaso. Estes são Estados que têm dificuldade de negociar com instituições internacionais de renome, que não conseguem atrair investimentos estrangeiros e que se isolam no plano internacional. Muitos destes Estados fracos não só não são credíveis no plano internacional, mas também as suas fragilidades e debilidades constituem ameaças à segurança e à estabilidade não só a nível regional, mas mundial (Fukuama, 2005). Ao mesmo tempo, existem Estados credíveis em resultado de um bom percurso político, económico e social, capazes de ter muitos parceiros externos, capazes de atrair investimentos externos.

É preciso recorrer à Teoria Política para ajudar-nos a ter uma noção do que é um bom governo, que nos permita avaliar o que é uma boa governação local, e por conseguinte, o seu impacto no plano internacional. Norberto Bobbio considera um bom governo aquele que prossegue os fins públicos e que é, ao mesmo tempo, cumpridor das leis constitucionais instituídas (Bobbio, 2000:207). Desta formulação teórica, ressaltam dois elementos fundamentais caracterizadores de um bom governo, mas que não são suficientes. Um bom governo não só é aquele que cumpre as leis e que prossegue os desideratos comuns da sociedade que representa, mas também, tem que ser um bom conhecedor daquilo que faz, indo, deste modo, ao encontro da tese de Aristóteles de que a política¹¹ é a arte de bem governar. Por esta razão, um bom governo tem que dominar conhecimentos que abarcam várias áreas do saber, de modo a facultar uma administração à sociedade representada, em toda a sua complexidade (política, económica e social).

Cabo Verde, em matéria de boa governação, apesar de ser um país jovem, com apenas 38 anos de independência, deu um salto quantitativo e qualitativo que é necessário enaltecer. De um pequeno país insular, com todas as vulnerabilidades económicas e naturais, estando na situação em que se encontra hoje, não deixa de representar um percurso exemplar do processo da construção de um Estado-Nação¹². Relembramos aqui que Cabo Verde chegou a participar nos encontros e reuniões dos países mais pobres do planeta, mas hoje, já não faz parte das Nações mais pobres do mundo, e se apresenta, antes, como um país de desenvolvimento médio.

Parece até um paradoxo, que Cabo Verde, na altura da sua independência, considerado um dos países mais pobres do mundo devido às suas vulnerabilidades económicas e naturais e havendo um certo ceticismo sobre a sua viabilidade¹³, tenha acabado por se tornar um dos países mais viáveis e consolidados da África. Isso chama atenção ao passo que muitos dos países que, *a priori*, mostravam maior viabilidade, por terem recursos naturais, encontram-se hoje muito abaixo de Cabo Verde no Ranking do Desenvolvimento Humano (ONU, 2009)¹⁴.

Este desenvolvimento resultou da confluência do aproveitamento dos recursos internos, do financiamento externo (empréstimos internacionais, ajuda multilateral e bilateral) e das remessas dos emigrantes.

O conceito de boa governação não deve ser resumido apenas às questões económicas, concretamente às questões macroeconómicas (PIB, inflação, desemprego, política fiscal, etc.), mas também aos aspectos político-sociais. Por isso, uma boa governação também resulta da forma como funcionam os órgãos de soberania e as diversas instituições do Estado, refletida na própria organização e atuação do poder político. Em Cabo Verde, quando se fala da boa governação, também se refere a todos estes aspectos. A existência de uma democracia multipartidária e representativa com alternância do poder, associada a um sistema de governo semipresidencial com forte pendor parlamentar, fazendo com que o próprio parlamento concretamente, através da oposição, fiscalize e supervisione o governo, permite uma maior transparência na gestão dos fundos públicos¹⁵. A separação e a independência dos órgãos da Soberania, que em Cabo Verde têm uma grande eficácia e garantem o equilíbrio de poderes (Zippelius, 1997: 387), também desempenham um papel importante, na medida em que o órgão Judicial joga um papel chave na fiscalização do poder político (Amaral, 2005: 148) para que não haja lugar para a impunidade por parte dos responsáveis políticos. O Presidente da República possui o papel de moderador, que não só supervisiona o funcionamento das instituições políticas e democráticas, mas também impede que haja lugar para a instabilidade política e governamental (Canotilho,

2003: 621-626; Lima, 2004: 87-89)¹⁶. Por último, a própria sociedade civil desempenha um papel muito importante na fiscalização do poder político. Esta fiscalização funciona através do poder do voto, isto é, pelo fato de existir alternância do poder, sobretudo por causa de um sistema bipartidário rígido (Mair, 2004: 200-201; Carvalho, 2004: 106) qualquer partido político que sustente o governo, sente evidentemente, uma pressão da sociedade civil quanto à sua governação refletida nos resultados eleitorais.

221

Como podemos ver, a boa governação não se restringe apenas à *performance* econômica, mas também a questões de índole política e social. No entanto, não pode haver um desenvolvimento político e social sem que haja um mínimo de desenvolvimento e crescimento econômico. A falta destes últimos pode gerar tensões sociais, violência e outras diferentes formas de ilicitudes como o “*mercado negro*”, roubos assaltos, etc. No caso de Cabo Verde, é evidente que tem havido este mínimo de desenvolvimento e crescimento econômico, mas que provêm mais dos financiamentos externos, tais como no domínio da formação e capacitação de recursos humanos e no domínio da saúde, entre outros.

Pelo fato de Cabo Verde ter dado este salto, que permitiu distinguir pela positiva em relação a várias Nações que estagnaram e/ou retrocederam em matéria do desenvolvimento, foi mais um fator que se projetou e continua a projetar-se na cena internacional. É um dos poucos países africanos, credíveis no cenário internacional, conseguindo com maior facilidade negociar e obter financiamentos internacionais, conhecido internacionalmente como pequeno país comprometido com a estabilidade política, com a paz e com o desenvolvimento.

Os dados macroeconômicos demonstram que Cabo Verde tem tido uma evolução plausível, não obstante aos desequilíbrios estruturais do país. No entanto, alguns dos indicadores macroeconômicos precisam de melhoras.

O desemprego constitui ainda um grande problema no arquipélago. Neste caso, pressupõe a existência de políticas públicas e sociais adequadas, que permitam a redução do desemprego a curto prazo, continuar a apostar na formação superior e profissionalizante como uma das principais formas de combater o desemprego, incentivar os jovens para o empreendedorismo através de linhas de crédito específico, investimento público em determinados setores capazes de gerar emprego – como, por exemplo, no setor das pescas, agricultura e serviços em geral.

A pobreza também é um outro problema, a percentagem mostra que as desigualdades econômicas são mais ou menos acentuadas. Um número significativo da população cabo-verdiana está ao nível da pobreza, que incide particularmente no meio rural, onde a falta de oportunidades continua a ter lugar. Lá encontram-se os jovens desempregados, as pessoas da terceira idade que não se beneficiam de qualquer tipo de rendimento nem cuidados básicos, as populações de aldeias isoladas devido às dificuldades de acesso, a ausência de saneamento, a inexistência de água canalizada e luz elétrica, a dificuldade em obter informação, etc. Embora, reconheçamos os muitos investimentos que já foram feitos pelos sucessivos governos de Cabo Verde, por exemplo, em matéria de eletrificação rural, redes de águas canalizadas, melhoramento nos acessos, o certo é que muito há por fazer.

A pobreza e o desemprego encontram-se interligados e causam problemas sociais complexos, como a toxicod dependência, o alcoolismo, a criminalidade e a violência urbana. No caso concreto de Cabo Verde, desde sempre, o fenômeno da pobreza é a causa das migrações dos cabo-verdianos (Carreira, 1977: 35; Graça, 2007: 101),

sejam, internacionais como internas. Em nível interno, sempre houve êxodo rural das populações dos meios rurais para os centros urbanos, com destaque particular para a cidade da Praia. Como consequência deste êxodo rural, surgem vários problemas em torno do ordenamento do território, do aumento do desemprego, da criminalidade e da violência urbana, que têm vindo a aumentar nos últimos anos. Neste caso, o combate a estes fenômenos (a criminalidade e a violência urbana) não se resume exclusivamente às questões processuais e penais, antes tem de passar pelo combate à pobreza e à exclusão social, por via do emprego e políticas de reintegração social. Por exemplo, o combate à pobreza no meio rural é uma das formas exemplares de evitar o sobrepovoamento urbano e minimizar os problemas acima supracitados, tendo em conta que muitas pessoas deixariam de migrar para os principais centros urbanos, acabando por proporcionar um desenvolvimento mais equilibrado (Todaro, 1994: 272-274).

222

Muitas vezes o problema da pobreza e da exclusão social, sobretudo no meio rural, não é encarado e combatido devido à falta de conhecimento destas realidades por parte dos centros de decisão do poder político. Zonas remotas, de difíceis acessos, nem sempre são visitadas de uma forma regular por parte dos decisores políticos e de técnicos especializados, para avaliarem os verdadeiros problemas destas populações e, por conseguinte, precaverem-se e tomarem algumas medidas necessárias. Nesta temática sempre é necessário um trabalho de campo consistente. Embora no caso de Cabo Verde o problema do desconhecimento não se coloque, por ser Estado exíguo e de pequena dimensão territorial em que existe conhecimento genérico da situação, são indispensáveis estudos criteriosos e pragmatismo na formulação e implementação das políticas públicas. É neste contexto que diríamos que compete ao Estado esforçar-se no sentido de inverter estes desequilíbrios sociais que muitas vezes o próprio mercado impõe, para poder proporcionar um bem-estar (BAN, 1998) mais equitativo das populações.

A dívida pública precisa ser contornada ou atenuada. O fraco financiamento interno – devido à escassez de recursos –, a dependência do arquipélago em relação ao exterior de onde provêm os principais financiamentos (empréstimos, ajuda bilateral e multilateral), e o forte desequilíbrio das balanças de pagamento e comercial explicam o aumento da dívida pública.

1.3. Estabilidade Política e Social e Atração dos Investimentos Externos

Em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias realizadas no país, foi instituído um regime democrático com todas as instituições de uma democracia moderna. Hoje Cabo Verde é um país com estabilidade e paz sociais, pelo que goza de crédito junto dos governos, empresas e instituições financeiras internacionais (MNE e IC, 2006)¹⁷.

O Investimento Direto Estrangeiro acontece quando um investidor, com base nas informações de um determinado país, desenvolve uma determinada atividade econômica e empresarial.

O IDE tem-se associado muitas vezes às grandes empresas multinacionais, que desenvolvem as suas atividades empresariais de uma forma dispersa consoante às potencialidades que os países de acolhimento lhes oferecem¹⁸. Contudo, nem sempre existiu uma interpretação positiva em torno do IDE, aparecem críticas de que estes tipos de investimentos, em determinados países – nomeadamente nos países em vias de desenvolvimento –, exploram a mão-de-obra barata, aproveitam-se das matérias-primas existentes nestes países e que acabam por não gerar valor acrescentado nestes países (Cardoso, 1979)¹⁹.

Distanciando-nos da análise supracitada, sempre que houver uma boa política econômica e empresarial por parte do país receptor do IDE, e que houver potencialidades no setor onde ocorre o IDE, haverá vantagens plausíveis, tanto para o investidor estrangeiro como para o país receptor. São muitas as vantagens do IDE, dentre as quais vamos mencionar algumas mais importantes:

223

- a) Reforça a inserção dos países receptores nas redes internacionais do comércio internacional;
- b) Gera emprego, desenvolvimento e crescimento econômico;
- c) Transfere *know-how* e tecnologias.

O desenvolvimento econômico de qualquer país depende muito dos comportamentos, intervenções e interações dos agentes econômicos: Estado, famílias e empresas. Por isso, no setor empresarial é necessária uma boa política econômica por parte do Estado, de forma a criar oportunidades de negócios. Terá que haver também o consumo privado por parte das famílias e as trocas comerciais entre as empresas implantadas no mercado. Uma das vantagens do IDE, que apontamos é a capacidade de gerar emprego. É com emprego que as famílias consomem e isto consolida o setor empresarial, combate a pobreza, reduz o desemprego e contribui para o crescimento econômico.

Em Cabo Verde, o IDE começou a ter particular relevância com as reformas econômicas dos anos 90, ou seja, com a transição econômica de uma economia de planificação central para uma economia que começou a valorizar o setor privado como o motor do desenvolvimento. É necessário frisar que antes dos anos 90, concretamente no final dos anos 80, com os sinais de mudanças na conjuntura política e econômica internacional e a incapacidade da economia de planificação central em materializar um desenvolvimento mais eficaz e dotar o país de viabilidade econômica, as reformas econômicas tornaram-se um imperativo. Tais reformas sobrepuseram-se, deste modo, aos fundamentos doutrinários do partido e, por conseguinte, às primeiras reformas em que o governo começou a perder o monopólio sobre a economia e começou a fomentar o aparecimento de empresas privadas (Silva, 1997: 4). Com estas reformas, permitiu-se uma maior abertura ao mercado internacional e a nível interno foram paulatinamente criados mecanismos jurídico-legais, acompanhados de incentivos fiscais aduaneiros e tributários²⁰ favoráveis ao investimento direto estrangeiro (Monteiro, 2001: 61):

Incentivos fiscais: isenção de tributação de rendimentos (lucros e dividendos) durante 5 anos e/ou sempre que reinvestidos; isenção de tributação de amortizações e juros correspondentes a operações financeiras que constituam investimento externo; Estabilização do regime fiscal (taxa do imposto único sobre o rendimentos de 10% a partir do 6º ano, sem prejuízo de condições mais favoráveis acordadas com o Estado de Cabo Verde;

Garantias: proteção de bens e direitos inerentes ao investimento externo; livre transferência de dividendos dos acionistas/sócios que tenham participações de capital com recursos financeiros externos; abertura da conta em moeda estrangeira²¹.

Para além dos incentivos supracitados²² existem outros fatores que subjazem à atração do IDE em Cabo Verde. São várias, mas vamos destacar as mais relevantes:

- a) O seu posicionamento geográfico

Cabo Verde desempenha um papel importante aos olhos dos investidores externos, devido ao seu posicionamento estratégico entre a África, Europa e América. Num período em que uma das estratégias empresariais é a internacionalização ou penetração ao

máximo nos diferentes quadrantes do mercado internacional, Cabo Verde, devido ao seu posicionamento, tem condições atrativas para os investidores externos que pretendem penetrar no mercado africano.

224

b) Um quadro político e institucional estável

Por mais que um Estado disponha de potencialidades em termos de recursos e oportunidades de negócios, se não tiver um clima político e econômico estável, nenhum investidor externo se interessará em investir neste país. Isso nos remete à estratégia de adaptação das empresas que, antes de investirem num determinado mercado, fazem um estudo prévio, avaliando todas as suas características. Nesta ótica basta um determinado mercado não oferecer as condições acima mencionadas para fazer com que o investidor externo se recuse a investir.

A evolução histórica dos fluxos do IDE demonstra-nos que se tem privilegiado mercados como os dos EUA, do Japão, da UE (Alemanha, Reino Unido, França e recentemente os novos países industrializados e as economias emergentes (Coreia, Brasil, Hong Kong e Taiwan). Isto porque tem existido um conjunto de fatores-chaves, que influenciam a localização destes investimentos, concretamente, as grandes empresas multinacionais:

- 1- Qualidade e quantidade dos fatores produtivos;
- 2- Estabilidade econômica e política;
- 3- Mercado empresarial e de consumo final amplos;
- 4- Grau de liberalização dos mercados internos;
- 5- Boas condições de infraestruturas;
- 6- Trabalhadores qualificados.

O mercado africano e os países em vias de desenvolvimento em geral não oferecem aos investidores externos as características acima mencionadas, talvez, esta seja a razão de não serem os principais receptores do IDE.

Cabo Verde possui um ambiente político e econômico estável, o que garante a sustentabilidade de desenvolvimento de uma atividade econômica e empresarial. A ausência da instabilidade social, devido a não existência de um conflito civil, a estabilidade governamental, na medida em que todos os governos que existiram até agora, têm cumprido normalmente os seus mandatos sem qualquer interrupção, o primado do cumprimento das leis, a baixa corrupção, a liberdade econômica²³ e a consolidação do Estado do Direito constituem os fatores nucleares da atracção do IDE, no contexto da sua situação geoestratégica. Conforme argumenta o ex-ministro de negócios estrangeiros de Cabo Verde, José Brito:

E Cabo Verde pela estabilidade que tem, pela democracia que tem, é de facto um parceiro credível. Em termos práticos é mais fácil discutir com Cabo Verde – um país onde há previsibilidade – do que com países onde ainda não há estabilidade desejável. Ali, há várias mudanças, com decisões fora das instituições. Pelo contrário, em Cabo Verde as instituições funcionam. É por isso que Cabo Verde acaba por ser muito procurado (Brito, 2010: 24).

A estabilidade política e social é um dos “bens” mais preciosos de que o país dispõe, servindo, deste modo, como vantagem comparativa e competitiva para se posicionar na cena internacional, seja no plano político, seja no econômico (Tavares, 2011).

Esta estabilidade política e social, em contrapartida, acaba por atenuar o impacto da vulnerabilidade ou da escassez dos recursos naturais de que o país é alvo, decorrente das múltiplas vantagens que lhe estão associadas.

225

Dadas estas características de ordem política, econômica e geográfica de Cabo Verde, o valor do IDE, em função do PIB, tem aumentado significativamente todos os anos²⁵. No entanto, este investimento estrangeiro direto não tem apresentado uma evolução idêntica entre os diferentes setores. Os setores do turismo e dos serviços têm registrado valores mais elevados, não obstante as outras potencialidades de Cabo Verde, nomeadamente no setor das pescas. Mesmo no próprio setor do turismo, o IDE tem-se centralizado na Ilha do Sal, em Boa Vista e em Maio, levando-se em conta que em Cabo Verde, quando se fala do turismo, associa-se mais ao turismo balnear.

O arquipélago, porém, tem potencialidades para o turismo rural e ecoturismo, se tomarmos em consideração as características das ilhas com outras características, como são os casos das ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e Santiago. Portanto, neste caso é necessário apostar cada vez mais fortemente na divulgação de informação²⁶ a nível internacional, por forma que os investidores externos conheçam as vantagens comparativas de Cabo Verde, no que tange ao desenvolvimento da atividade empresarial nos mais diferentes setores.

A respeito daqueles fatores nucleares é ainda necessário que ocorra o desenvolvimento de infraestruturas, particularmente, em nível de transportes, para poder atrair mais investimentos externos. Reconhecendo que embora haja deficiências ao nível da acessibilidade que a insularidade e a orografia colocam, Cabo Verde tem conhecido progressos assinaláveis. O aumento do número de aeroportos internacionais de um para quatro e o asfaltamento das principais vias rodoviárias, são alguns exemplos. Os dirigentes nacionais estão conscientes desta realidade ao reconhecerem a necessidade de “desenvolver infra-estruturas básicas e econômicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado”²⁷.

O investimento externo em 2002, que era de 6,1% do PIB, passou para 44% do PIB, em 2006. Mas este crescimento não foi linear e decrescendo de 2002 a 2004, retomou o ritmo de crescimento de 2004 a 2006.

O IDE em Cabo Verde concentra-se setores de turismo e serviços, nos outros setores a percentagem do IDE ainda é relativamente baixa. No nosso entender, alguns fatores podem explicar estas discrepâncias, vamos evidenciar dois que consideramos ser mais elucidativos:

1 – Falta de trabalhadores altamente especializados para determinadas áreas;

2- A vulnerabilidade do país em termos das matérias-primas e dos recursos naturais.

Se analisarmos com atenção, podemos constatar que o IDE, em Cabo Verde, no setor da indústria, ainda está aquém das expectativas. Os fatores supracitados podem explicar isso. O setor da indústria e da transformação depende muito das matérias-primas de Cabo Verde, que não dispõe delas em quantidade abundante. Por outro lado, este setor também requer trabalhadores altamente especializados, capazes de transformar as matérias-primas em valor acrescentado (Tunzelmann, 2007: 15). Apesar de Cabo Verde já ter avançado muito no setor educativo, quer no ensino básico (secundário e superior), quer no profissionalizante, ainda existem áreas onde se verifica grande carência. A educação e os níveis de qualificação são algumas das bases da produtividade e competitividade

internacional (Porter, 1990), o que requer um investimento sério nas áreas importantes onde se verificam carências.

226

Por último, é necessário salientar que o mercado cabo-verdiano é pequeno, e o consumo, sobretudo o consumo privado, é baixo, o que impede o desenvolvimento de um setor empresarial de grande dimensão e a determinados setores, sabendo que o desenvolvimento e a consolidação de qualquer setor empresarial dependem muito do poder de compra das famílias e dos outros agentes econômicos que compõem o mercado.

2. Cabo Verde: Desafios e Constrangimentos na Arena Internacional

Como afirmou o ex-embaixador da República de Cabo Verde em Portugal, Arnaldo Ramos: “Há 30 anos atrás [sic] todos os relatórios apontavam para a inviabilidade de Cabo Verde. Sem recursos naturais e com um pequeno mercado, Cabo Verde, aparentemente sem condições, provou que era possível progredir (Ramos, 2010)”²⁸. Ao nosso ver, esta viabilidade, em grande parte, é o resultado da política externa, associado ao desenvolvimento e cooperação internacional, desenvolvidos por Cabo Verde ao longo destes 35 anos de independência, claro, também devido a uma boa prática governativa levada a cabo pelos sucessivos governos da República.

O desenvolvimento de uma Nação não se assenta exclusivamente nos indicadores de natureza sócio-econômica, mas também, indicadores de natureza sócio-política e socioculturais. A educação, por exemplo, faz parte dos indicadores socioculturais, e é indispensável no processo de desenvolvimento: “Instituições e cultura primeiro; a seguir, o dinheiro; mas, desde o primeiro e cada vez mais, o fator essencial e recompensador cabe ao conhecimento (Landes, 2005: 309; Garry, 2010)”. Após trinta e cinco anos volvidos sobre a independência de Cabo Verde, pode-se fazer um balanço positivo e satisfatório, mormente no que tange à formação e capacitação dos recursos humanos:

As autoridades estão apostando na adequação do sistema de ensino ao quadro das reais necessidades de desenvolvimento do país, fazendo-o incidir não apenas na simples transmissão de conhecimentos, mas na formação global e integrada dos recursos humanos, já hoje internacionalmente reconhecidos como um dos pontos fortes da economia cabo-verdiana, talvez os mais bem formados da área da envolvimento africana (CGD: 72).

Contudo, não queremos tecer críticas ao paradigma do desenvolvimento seguido até agora em Cabo Verde, mas é necessário efetuar algumas mudanças, ou simplesmente passar para uma outra fase. Até agora, mostrou-se um país muito dependente do exterior, por razões óbvias e já referidas, o que significa que qualquer choque financeiro e econômico internacional de grandes proporções, levará o país a enfrentar grandes dificuldades. Com isto, não queremos dizer, que Cabo Verde deva abandonar a sua política externa desenvolvimentista, antes, deve mantê-la como principal estratégia do desenvolvimento. É, porém, imperioso que o país comece a adquirir maiores competências no sentido de produção e geração de riquezas internas, podendo deste modo, diminuir ou minimizar a sua dependência externa (Monteiro, 2004: 6). Neste caso, concordamos plenamente com João Estevão, quando afirma, que:

Os sucessivos governos têm assumido como objetivo fundamental das suas políticas de desenvolvimento alcançar a modificação deste modelo de funcionamento. Mas passadas quase três décadas, a situação permanece essencialmente a mesma. A economia continua a ser marcada por um setor produtivo muito frágil e uma fraca capacidade de exportação, dependendo fortemente dos fluxos externos para garantir a capacidade de importação (Estevão, 2004: 3-4).

Cabo Verde é um país de poucos recursos, mas estes poucos recursos, por sua vez, são poucos ou até mal explorados. O mar e o sol são dois dos principais exemplos de recursos naturais que precisam ser ainda melhor explorados em Cabo Verde.

227

A Balança Comercial de Cabo Verde é deficitária, ou seja, o país importa mais do que exporta, fator de dívida externa (BCV, 2008)²⁹. É um problema crônico de Cabo Verde, e é o resultado da fraca base produtiva. Por exemplo, a pesca é um dos setores que é muito mal explorado, e apesar da potencialidade marítima do país, a exploração se situa ainda muito abaixo dos níveis ótimos de captura (cerca de 8000 toneladas/ano de capturas estimadas entre 2001 e 2003. (CGD, 2007: 58). O peso da contribuição do setor da pesca no PIB tem sido relativamente baixo. Apesar dos investimentos realizados em infraestruturas e apoios diretos, ainda não se conseguiu tirar partido do potencial dos recursos naturais existentes, devido à conjugação de vários fatores limitativos da sua capacidade de desenvolvimento, tais como a baixa qualidade e número de embarcações disponíveis ou a falta de circuitos de comercialização que garantam o escoamento do pescado. Há ainda a importante questão da pouca qualificação do pessoal do setor, que por efeito das limitações anteriores, não encontram razões para investir em formação adequada, círculo vicioso que terá de ser cortado, para bem do seu desenvolvimento. (CGD, 2007: 58).

Não obstante ao progresso notável de Cabo Verde em matéria do desenvolvimento e da sua posição na cena internacional, muitos desafios ainda se colocam.

2.1. A Questão da Segurança e Defesa

Cabo Verde, devido ao seu posicionamento geopolítico, exige um esforço redobrado no que tange à fiscalização das suas águas territoriais, de forma a combater a criminalidade transnacional, como o narcotráfico e a migração clandestina (Graça, 2007), que constituem uma grande ameaça no atual cenário internacional. O fato de Cabo Verde ocupar uma posição geoestratégica³⁰ no contexto das relações transatlânticas entre a Europa, América e África exige um controle reforçado das suas fronteiras, caso contrário, pode funcionar como uma placa giratória ou um trânsito que facilita as ilicitudes supracitadas (Tavares, 2011: 67). Em Cabo Verde, o narcotráfico internacional constitui-se como um dos maiores problemas, porque para além do fato de o país poder funcionar como uma placa giratória para o tráfico de entorpecentes entre os continentes, há o perigo de uma parte destes estupefacientes se destinarem ao consumo local.

Na verdade, tem aumentado o número de jovens consumidores de drogas no país, especialmente nos maiores centros urbanos (Praia, Mindelo, Assomada, a ilha turística do Sal), embora o problema tenha se alastrado para as restantes ilhas, como a de Boavista. São visíveis algumas consequências deste potencial aumento de consumo de drogas, em nível de segurança, nomeadamente, o aumento de assaltos na via pública, para não mencionar alguns casos de homicídio, neste caso, envolvendo os próprios narcotraficantes, relacionados a ajustes de conta. Esses efeitos poderão agravar-se mais, uma vez que o incentivo ao tráfico internacional de drogas está muito relacionado com o seu consumo, ou seja, quanto maior é a procura, maior será a oferta (EBO, 2008: 55).

Tanto os Estados, como as várias organizações internacionais não têm conseguido um combate eficaz a este fenómeno, tal fato deve-se a uma cooperação entre Estados pouco eficientes e empenhados, à falta de cooperação dos vários serviços de *intelligence*, bem como a uma ineficiente regulamentação, por parte de cada Estado e pelas várias

organizações internacionais (Perreira, 2005: 141). No caso de Cabo Verde, existe um esforço redobrado pelas autoridades no combate a este flagelo do século, aliás, o atual governo considera-o como uma das prioridades. (Governo, 2006: 88)³¹. O problema coloca-se ao nível da existência de poucos recursos, dificultando o efetivo combate.

228

Neste aspecto, uma questão é clara: a do posicionamento geopolítico do arquipélago de Cabo Verde, constituindo necessidade inquestionável de uma política externa de segurança e defesa. Já há alguns sinais desta política externa de segurança e defesa, por exemplo, a assinatura do acordo de parceria especial com a União Europeia, que não só beneficia Cabo Verde, no que tange à segurança e defesa, mas também a própria União Europeia, na garantia da sua segurança e defesa. Para a União Europeia, aliás, não deixa de ser uma parceria estratégica no combate à criminalidade transnacional, visto que muitas ameaças vêm de Cabo Verde, devido ao seu posicionamento geopolítico e à ineficiência do Estado cabo-verdiano em controlar sozinho a sua vasta zona territorial marítima.

A emergência de fenômenos como a imigração ilegal, narcotráfico internacional e a proliferação de conflitos regionais, implica uma nova estratégia de segurança e defesa nacional. Por outro lado, com a complexidade do Sistema Internacional caracterizada pela interdependência complexa, como salienta Robert Kaone (Keohane, 2001:3 e 21-22), nenhum Estado pode isolar-se, pelo contrário, há uma imperatividade de desenvolvimento de dinâmicas de cooperação internacional nos vários domínios, desde a economia, política, passando pela segurança e defesa, podendo, deste modo, responder às exigências da sociedade em rede (Castells, 1997: 262).

É um dado adquirido que

O colapso do Estado e das suas instituições é mais facilmente associado/influenciado por ameaças como o crime organizado e o terrorismo passando a constituir estes Estados um fenómeno alarmante que pode por em causa a estabilidade regional ou mesmo a paz e a segurança internacional (Perreira, 2005: 142).

Cabo Verde, apesar da vulnerabilidade, ainda não chegou a este ponto, mas basta observarmos o país vizinho, Guiné-Bissau, onde a questão do narcotráfico tem assumido uma dimensão internacional preocupante.

2.2. O Posicionamento na Cena Internacional de uma Forma Mais Autônoma e Autoconsistente

Cabo Verde mostrou-se, até agora, como um país bastante dependente do exterior. Embora reconheçamos as vulnerabilidades do arquipélago face aos recursos naturais, é o momento de o país dar um passo significativo na rentabilização dos escassos recursos de que dispõe, por forma a minimizar o impacto da dependência externa. É necessário apostar fortemente no sistema de retenção das águas pluviais e, posteriormente, em sua utilização no setor agrícola; dinamizar o setor das pescas, que até agora se mostrou bastante rudimentar e pouco modernizado; utilizar bem o capital humano já existente e reforçar a formação e qualificação nas áreas prioritárias para o país. Além disso, faz-se mister potencializar e dinamizar o ecoturismo e turismo rural, apostar no empreendedorismo, sobretudo, na camada jovem onde a taxa do desemprego é maior e reforçar políticas públicas e sociais que permitam reduzir as assimetrias regionais e as desigualdades sociais. Perante este quadro, em que Cabo Verde terá que redefinir a sua estratégia diplomática, consideramos pertinente incluir dois pontos nesta discussão: (i) a relação de Cabo Verde com as potências emergentes; (ii) a relação de Cabo Verde com a CPLP:

Em relação ao primeiro ponto, é de extrema importância a redefinição da estratégia na política externa cabo-verdiana. Deve-se apostar fortemente nas relações diplomáticas e cooperação com as potências emergentes acima mencionadas, das quais pode-se tirar vantagens advinentes, na medida em que estes países possuem muito do que interessa a Cabo Verde na prossecução do seu desenvolvimento.

Em relação ao segundo ponto, a CPLP, uma organização internacional, pluricontinental e assente numa base cultural, a opção diplomática de Cabo Verde para com esta organização

enquadra-se na estratégia global de desenvolvimento do país, no âmbito mais vasto do processo da sua internacionalização, aproveitando as sinergias resultantes não apenas da fortificação das relações económicas, políticas e culturais entre os oito, como a partir da inserção sub-regional e/ou regional de cada um dos países membros, tirar os proveitos daí advinentes³² (Varela, 2009: 7).

Não obstante, é necessário reconhecer que a CPLP, é uma organização internacional com fraca projeção internacional no contexto das mais diversas organizações internacionais. Tal organização enfrenta vários obstáculos internos, nomeadamente em matéria da paz, democracia e desenvolvimento³³, sendo composta na sua maioria por países em vias de desenvolvimento com um passado colonial. Em muitos destes países, as instabilidades políticas e governamentais (por exemplo, os casos de Timor-Leste³⁴ e Guiné-Bissau) tiveram efeitos desastrosos.

No entanto, dois dos seus Estados membros já se encontram num patamar diferente, podendo dar à CPLP uma maior dinâmica no plano Internacional: Portugal, um país membro da União Europeia, membro da NATO e Brasil, que é considerado neste momento uma potência emergente, fazendo parte do Mercosul³⁵.

Cabo Verde, através da CPLP, busca internacionalizar-se, mas também, em contrapartida, a CPLP pode redefinir a sua estratégia com uma aposta forte na sua internacionalização, usando Cabo Verde como plataforma. Cabo Verde possui uma localização geoestratégica entre Europa, África e América. Além disso, tem uma vasta comunidade emigrada pelos quatro continentes, assumindo a característica de uma Nação global e transnacionalizada e a sua crescente afirmação internacional em resultado da sua estabilidade política e social. Tal como Brasil e Portugal, Cabo Verde também é importante na projeção internacional da CPLP.

Sendo a CPLP uma organização de carácter cultural e de cooperação, abrange vários domínios de cooperação entre os Estados membros, que vai desde a segurança e defesa, Direitos, liberdades e garantias, económico-empresarial, promoção e difusão da língua portuguesa e educação. Cabo Verde tem participado ativamente nas concertações político-diplomático no âmbito das políticas que vêm sendo desenvolvidas por esta organização internacional, a título de exemplo, é o país que alberga o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, sediada na cidade da Praia.

Conclusões

Cabo Verde, enquanto Estado-nação soberana, tem perante si muitos desafios, os quais vamos elencar:

1. Garantir a segurança e defesa do seu território, sabendo que é bastante vulnerável face aos flagelos como a imigração ilegal e o narcotráfico internacional. Por outro lado, está cercado por um conjunto de Estados caracterizados pelos conflitos e pelas instabilidades;

2. Conseguir garantir a sua autoafirmação na cena internacional de uma forma mais autônoma, sobretudo, a nível econômico e financeiro. Isto implica que o país deve rentabilizar os escassos recursos internos, aumentando a sua base produtiva interna, para diminuir a forte dependência externa.

230

Contudo, Cabo Verde tem tido também avanços notáveis, que devemos salientar:

1. Está a ganhar o seu espaço na arena internacional através de vários fatores: sua vasta Comunidade diaspórica e sua reputação externa, por causa da governação política e econômica;
2. De um pequeno território, insular e arquipelágico, com todas as suas vulnerabilidades econômicas e naturais, onde o ceticismo era enorme em relação à sua viabilidade, conseguiu dar um salto qualitativo e quantitativo, passando do grupo dos países mais pobres do mundo para o grupo dos países de desenvolvimento médio. Constitui um paradigma, na medida em que se distancia dos outros Estados da região. E isto porque a par de uma ação externa, pragmática, utilitarista (MILL: 47-82) e desenvolvimentista, foi adotando outras ferramentas elementares em nível de política interna, como a boa governação, tornando bem patente que a política externa só poderá conduzir a um desenvolvimento equilibrado e bem sustentado se, internamente, houver transparência, consistência, seriedade e honestidade na política e governação.

(Recebido para publicação em Abril de 2012)

(Reapresentado em Abril de 2013)

(Aprovado para publicação em Julho de 2013)

Cite este artigo

TAVARES, A. J. C. Cabo Verde e os desafios da política internacional contemporânea. Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 211 – 235, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Estado de Natureza é o termo que foi utilizado pelos teóricos do contrato social (Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, John Locke) como fundamento epistemológico para explicar a emergência e legitimação do poder político.
2. Pese embora que os realistas defendam que as Relações Internacionais são relações de poderes entre Estados, ou seja, os Estados enquanto principais atores das Relações Internacionais.
3. Programa do Governo para a VII Legislatura, 2006 – 2011.
4. De acordo com a alínea d do artigo 79 da Constituição da República de Cabo Verde, compete ao Estado “assegurar a defesa e a promoção da cultura cabo-verdiana no mundo.” Neste mesmo artigo, já na alínea e, diz que compete ao Estado “Promover a participação dos emigrantes na vida cultural e a difusão e valorização da cultura nacional no seio das comunidades cabo-verdianas emigradas”. Estas cláusulas constitucionais

mostram claramente que a diáspora constitui um veículo na transmissão da cultura cabo-verdiana no mundo, contribuindo deste modo para uma maior visibilidade do arquipélago no mundo.

231

5. Programa do Governo para a VII Legislatura, 2006 – 2011, Praia, 2006, p. 98.

6. Política Externa para o Desenvolvimento na era da Globalização; Política Externa de Afirmação de Cabo Verde no Mundo; Política Externa de Afirmação das Comunidades no Exterior.

7. Entrevista que o Presidente da Associação Cabo-verdiana de Lisboa nos concedeu em 2010.

8. O Ministério Das Comunidades foi criado na sequência da remodelação governamental que teve lugar em 2010.

9. Entrevista que nos concedeu em Lisboa.

10. Marianne Myles, ex-embaixadora dos Estados Unidos da América em Cabo Verde, em entrevista à Agência Lusa.

11. Na nossa interpretação, achamos que Aristóteles usa esse termo política, referindo-se aos detentores do poder político, através do qual compete a eles governar bem a sociedade.

12. Ver *Índice Do Desenvolvimento Humano* (2013), em que Cabo Verde ocupa posição 132, nos lugares cimeiros a nível africano, e número na África Ocidental. Para percebermos melhor este percurso exemplar do desenvolvimento de Cabo Verde, basta fazermos uma comparação com os países da sub-região (CEDEAO), composta majoritariamente por Estados párias, falhados e colapsados. Cabo Verde tem constituído mesmo um exemplo na África.

13. Henry Kissinger, um dos mais emblemáticos ideólogos da diplomacia norte-americana era bastante cético sobre a viabilidade de Cabo Verde.

14. Ver *Índice Do Desenvolvimento Humano* (2009).

15. Ver artigo 180º da Constituição da República de Cabo Verde, no que tange à sua competência em matéria da fiscalização política, particularmente, as alíneas a, b, c, e.

16. De acordo com o artigo 125º, alínea 1, da Constituição da República de Cabo Verde “O Presidente da República é o garante da unidade da Nação e do Estado, da integridade do território, da independência nacional e vigia e garante o cumprimento da constituição e dos tratados internacionais.”

17. Ministério de Negócios Estrangeiros e Instituto das Comunidades.

18. O IDE não se resume à expansão das grandes empresas multinacionais, existem pequenos investimentos externos, que não deixam de ser IDE.

19. Os teóricos da dependência que citamos no primeiro capítulo vão mais ou menos ao encontro destas críticas.

20. Lei nº89/IV/93, de 13 de dezembro. 232
21. Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal-Cabo Verde.
22. Para além destes incentivos, existem vários outros, que não vamos aqui mencionar. Tais incentivos variam de acordo com o setor onde ocorre o IDE.
23. *Cape Verde: 2010 Index of Economic Freedom*.
24. Entrevista do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Brito.
25. Claro, com a exceção dos períodos recentes afetados pela crise internacional, com uma diminuição de procura externa e o seu impacto negativo nos setores chave da economia.
26. A forte aposta na divulgação da informação é a tese também sustentada por Carlos Rocha (ex-administrador investimento externo), Rui Santos (ex-presidente), Eileen Barbosa (ex-administradora Promoção Turística), ambas da Cabo Verde Investimentos, na entrevista concedida ao anuário “Negócios e Afinidades”, 24 de abril de 2010.
27. Ministério Das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002 - 2005, I Volume*, Praia, Direcção Geral Do Planeamento, p. 6.
28. Entrevista de Arnaldo Ramos, ex-Embaixador da República de Cabo Verde, em Lisboa ao Anuário Negócios & Afinidades.
29. De acordo com o relatório do Banco de Cabo Verde (2008), a dívida externa de Cabo Verde, ascende aos 683,30 milhões de USD (Credores Multilaterais, credores bilaterais, instituições financeiras, empresas privadas, entre outras).
30. Cabo Verde sempre teve uma importância geoestratégica, desde o século XV, altura em que foi descoberto e que iniciou o seu povoamento. Isso significa que o interesse estratégico, ou a importância de Cabo Verde na política externa Portuguesa, nesses períodos remotos, se deve mais à sua localização geográfica no processo de descobertas e no comércio.
31. Programa do Governo para a VII Legislatura (2006 -2011), 2006, p.88.
32. VARELA, Odair; Bartolomeu Suzano Ferreira Costa. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Comunidade “Lusófona” ou Fictícia?. In *Tempo Exterior: Revista de Análise e Estudos Internacionais*, nº 19, Julho/ Dezembro/ 2009, p.7.
33. Ver declaração sobre *Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização*, na IIIª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 17 e 18 de Junho de 2000, p.13.
34. MAGALHÃES, António Barbedo de, *Timor-Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*. Lisboa: Grádiva e Fundação Mário Soares, 1999.
35. Embora a CPLP não constitua uma das prioridades da política externa brasileira.

Bibliografía

233

AMARAL, Maria Lúcia. *A Forma da Republica: uma Introdução ao Estudo do Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2005, p.148.

ARENDT, Hannah. *Da Violência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985, pp. 4-5.

BERTRAND, Badie, Marie – Claude Smouts. *O Mundo em Viragem: sociologia da Cena Internacional*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, pp. 11- 23.

BULL, H. *The Anarchical Society*. New York: Columbia University Press, 1977.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2003, pp. 621 – 626.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, Katia Aline Lopes Rodrigues. *Diáspora: a (décima) Primeira Ilha de Cabo Verde: a Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-verdiana*. Dissertação de mestrado, ISCTE, 2004, p. 193.

CARREIRA, António. *Migrações Nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Ciências Sociais e Humanas, 1977, p. 35.

CASSESE, Antonio. *International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2005, pp. 71-142.

CASTELLS, Manuel. *The Information Age: economy, Society and Culture, the Rise Network Society*, volume I. California: Blackwell Publishers, 2000, p. 1- 2.

CASTELLS, Manuel. *The Information Age: economy, Society And Culture, The power of identity*. California: Blackwell Publishers, 1997, p. 2 e pp. 260-262.

CASTLES, Stephen. *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*. Lisboa : Fim de Século, 2005, p. 15 e 18.

EBO, Isabel De Jesus dos Santos. *A Geopolítica da Droga*. Lisboa: ISCSP/ UTL, 2008, p. 59.

ESTEVÃO, João. "O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Internacional". *Revista Estratégia*, nº20, 2004, pp. 139-157.

DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 68 e 119.

GÓIS, Pedro. *Emigração Cabo-verdiana [e na] Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalhos Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACID, 2006, p. 11.

GARRY, Jacob. Harlam Cleveland: *Social Development Theory*, 1999. Disponível em http://www.icpd.org/development_theory/

SocialDevTheory.htm, consultado em 29 junho de 2010.

234

GRAY, John. Al-Qaeda e o Significado de Ser Moderno. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Manual De Direito Internacional Publico: introdução, fontes, relevância, sujeitos, domínio, garantia*. Coimbra: Almedina, 2004, pp. 407-541.

HALTER, Marilym. Cape Verdeans in the US. In BATALHA, Luis, and Jorgen Carling (edityd by). *Transnational Archipelago: Perspectives on Cap Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008, p.35.

HITLER, Adolfo. *Mein Kampf: A Minha Luta*. Lisboa: Hugin, 1988, p. 118.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Grádiva, 1999, p.113.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*, Lisboa: Grádiva, 1996, p. 12, 17, 47.

KEOHANE, Robert; Joseph S. Nye, *Power and Interdependence*. New York: Longman, 2001, p.3 e pp. 21-22.

LANDES, David S. *A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que são Alguns tão Ricos e outras tão Pobres*. Lisboa: Grádiva, 2007, p. 309.

LIMA, Aristides R. *Estatuto Jurídico-constitucional do Chefe do Estado: um Estudo Comparado*. Praia: Alfa-Comunicações, 2004, pp.87-89.

MAIR, Peter. *Party System Change: approaches and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2004, pp. 200-201.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Lisboa: Guimarães editora, 2002, p.75.

MONTEIRO, César Augusto. *Recomposição do Espaço Social Cabo-verdiano*. Mindelo: Edição do autor, 2001, p. 61.

MONTEIRO, Fátima, *Cabo Verde na Encruzilhada Atlântica*. In *Estratégia*, nº 20, 1º semestre, 2004.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996, p. 220.

NYE, Joseph Jr. *Soft Poewer: The Means to Success in World Politics*. New Yourk: Public Affairs, 2004.

TODARO, Michael P. *Economic Development*. London: Longman, 1994, pp. 272-274.

PERREIRA, Paula Cordeiro; Luísa Cabral Menezes. *Enquadramento Internacional*. In NOGUEIRA, José Manuel Freire (coordenação). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Edição Cosmos, 2005, p.141.

PORTER, Michael E. *The Competitive Advantage of Nation*. London and Babisgtoke: Machimilam, 1990.

SILVA, António Correia. *O Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia*. Dissertação de mestrado em Estudos africanos, ISCTE, 1977, p.4.

TAVARES, Adilson. *A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento: o Caso Paradigmático de Cabo Verde*. Dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH-UNL, 2011, p. 67. 235

TAVARES, Adilson. *O Paradigma da Democracia Cabo-verdiana*. A Semana, 22 de Abril, Ano XX, nº 981, 2011, p. 7.

TUNZELMANN, Nick Von. *As Indústrias de Alta Tecnologia e os Países de Desenvolvimento Intermédio*. In LANÇA, Isabel Salavisa, Walter Rodrigues, Sandro Mendonça (organização). *Inovação e Globalização: estratégias Para o Desenvolvimento Económico e Territorial*. Porto: Campo de Letras, 2007, p. 15.

VARELA, Odair; Bartolomeu Barros Lopes, *Para Além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação Para os Estados "Frágeis", "Falhados" ou "Colapsados"?* Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra, 2005, p. 94.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 570-585.

Documentos oficiais e legislações

Programa do Governo para a VII Legislatura, 2006 – 2001, Praia, 2006, p. 98.

Ministério Das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002 – 2005, I Volume*, Praia, Direcção Geral Do Planeamento, p. 6.

Lei nº89/IV/93, de 13 de dezembro.

Cape Verde: 2010 Index of Economic Freedom.